

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: O CASO DO BRASIL (1)

Roberto Lobato Corrêa
Departamento de Geografia- UFRJ
Tel.: (021) 590-1880
UFRJ-IBGE, Rio de Janeiro, Brasil

Este estudo é uma contribuição á geografia dos bancos e ao temas da gestão do território. Particularmente intenta verificar a ampliação, redução ou eliminação dos centros urbanos enquanto focos de gestão do território a partir da concentração dos bancos comerciais verificada no Brasil a partir da década de 1960.

I.- Atividade Financeira e Gestão do território

Na fase atual do capitalismo a gestão do território deriva em grande parte dos interesses das grandes corporações, entre elas aquelas do setor financeiro. De fato, o processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente passa pela atividade financeira, cuja magnitude, tanto em termos monetários como espaciais, é uma medida do grau de desenvolvimento das atividades capitalistas.

Os centros onde as decisões financeiras são tomadas exercem um controle sobre as atividades econômicas de suas hinterlândias, o qual se verifica a través de: (a) captura, via depósitos, de recursos monetários oriundos da poupança; (b) empréstimos e respectivos juros; (c) investimentos diretos e participação acionária em empresas; e (d) operações de desconto e cobranças vinculadas às transações comerciais. Por outro lado, a divisão territorial do trabalho e a integração espacial de distintas unidades de área são viabilizados, em parte, através de atividade financeira, onde estão as sedes sociais dos bancos, exercem um papel de centros de gestão do território (2).

II.- Concentração- Dispersão dos Bancos e a importância de São Paulo

A partir de lá década de 1940 verificou-se uma enorme expansão do sistema bancário nacional, primeiramente pela criação de numerosos pequenos bancos, de caráter local e logo absorvidos por outros, e a seguir pela criação de numerosas agências subordinadas aos bancos de maior porte que, por sua vez, se ampliaram.

A aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil é fator fundamental da expansão do sistema bancário. A inflação acentua esta expansão dos sistema bancário.

A inflação acentua esta expansão. Entre 1945 e 1965 os bancos ampliaram seus lucros a través da prática de taxas de juros dos empréstimos maior que taxa de inflação. Por outro lado, por falta de opções de investimento, e visando

¹ Trabalho realizado no Laboratório de Gestão do Território (LAGET) –UFRJ-IBGE

“manter os ativos líquidos necessários às suas atividades”, as empresas e particulares aumentaram seus depósitos à vista. O aumento do volume de depósitos, remunerados com taxas de juros inferiores à da inflação, suscitou a ampliação espacial do sistema bancário, Numa tentativa de captar o máximo de recursos, ampliando os depósitos (4). O quadro 1 indica a evolução do número de bancos e agências entre 1941 e 1985.

QUADRO 1- Expansão do Sistema Bancário: 1941-1985

Anos	A-Bancos	B-Agencia	B/A
1941	512	1.134	2.2
1952	408	2.614	6.4
1961	333	5.247	15.7
1971	145	7.679	52.7
1985	90	15.070	167.4

Fontes – 1941-1952-1961-1971- SEEF-Min. Da Fazenda; 1985 –Banco Central

Verificou-se, em realidade, a progressiva diminuição ao número de bancos e o aumento expressivo das agências. Em 1941 cada banco controlava, em média, 2.2 agências; em 1985 este número ascendeu para 167.4 agências. Passa-se do pequeno banco local para o grande banco local para o grande banco nacional. Este processo de concentração-dispersão bancária foi viabilizado pela Reforma Financeira realizada entre 1964 e 1967, que visava a formação de poderosos conglomerados financeiros tendo à frente os bancos comerciais.

Neste processo São Paulo emerge como a grande centro de gestão da atividade financeira. Concentrava em 1985 a sede de 29 dos 90 bancos comerciais existentes no país, entre eles 15 dos 25 que apresentavam um capital social superior a 100 bilhões de cruzeiros. Os dois maiores bancos comerciais privados estão aí sediados, o BRADESCO (Banco Brasileiro de Descontos S.A) e o Banco Itaú S.A. Por outro lado, das 15.070 agências bancárias existentes, 41% era controlada por bancos de São Paulo.

Atividade financeira. Concentrava em 1985 a sede de 29 dos 90 bancos comerciais existentes no país, entre eles 15 dos 25 que apresentavam um capital social superior a 100 bilhões de cruzeiros. Os dois maiores bancos comerciais privados estão aí sediados, o BRADESCO (Banco Brasileiro de Descontos S.A) e o Banco Itaú S.A. Por outro lado, das 15.070 agências bancárias existentes, 41% era controlada por bancos de São Paulo.

III.- Os Centros de Gestão em 1961

Em 1961 haviam 77 centros controlando 333 bancos. A cidade do Rio de Janeiro controlava 101 bancos, enquanto São PAULO 74. Belo Horizonte controlava 14 bancos, Porto Alegre 10, Recife, Salvador e Fortaleza 9 cada um, e Santos 7 bancos. Havia 52 cidades que controlavam, cada uma de lã, apenas um único banco.

A análise dos dados referentes ao número de bancos e localização das sedes e ao número de agências e respectivas localizações das sedes e aos número de agências e respectivas localizações, permitem detectar, pelo menos, dois pontos básicos, explicitados a seguir.

(a) O caráter regional dos bancos e a fraca integração nacional

A maior parte das agências bancárias controladas pelo bancos assediados nas grandes cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Recife e Belém) situava-se na área de influência comercial de uma cidade era o campo de ação dos bancos nele sediados.

Havia assim uma fraca integração nacional no que se refere ao sistema bancário. Era a través do Banco do Brasil S.A., com a sua sede recém-transferida do Rio de Janeiro para Brasília, que se fazia esta integração.

(b) A importância relativa de Belo Horizonte e a fraqueza do Rio de Janeiro.

Os bancos sediados em Belo Horizonte destacavam-se por uma atuação que se fazia por todo o país. Entre eles sobressaía o Banco de Lavoura de Minas Gerais S.A., com cerca de 350 agências. Em termos depósitos era o 3º banco, depois de Banco do Brasil e do Banco de Estado de São Paulo. Seu “slogan” era “o banco que conhece todo o Brasil”. Na região Sudeste o Banco do Estado o Banco de Lavoura atuava a través de toda hierarquia urbana: centros de zona, sub-regional, capital regional e centros de zona, sub-regional, capital regional o centros metropolitanos onde suas agências localizavam-se no distrito central de negócios e nos sub-centros intraurbanos. Nas demais regiões, Norte, Nordeste, Sul e Centro Oeste, atuavam a través dos centros metropolitanos e capitais regionais. Sua atuação era pois, espacialmente seletiva.

O Rio de Janeiro, por sua vez, controlava menos de 400 agências. Seus 101 bancos eram relativamente modestos e, de modo geral atuavam apenas no espaço urbano da metrópole do Rio de Janeiro. Em sua área de influência comercial sua atuação era inexpressiva, aí atuando bancos de Belo Horizonte e de São Paulo. Entretanto, alguns bancos do Rio de Janeiro acuavam na hinterlândias de São Paulo, a mais próspera e dinâmica do país.

IV.- Os Centros de Gestão em 1985

Em 1985 haviam 28 centros controlando 90 bancos, e em segundo o Rio de Janeiro com oito. Belo Horizonte e Porto Alegre controlavam seis, enquanto Recife quatro. Salvador era a sede de três bancos, e Curitiba de dois. No em tanto, Fortaleza controlava sete bancos. Diferentemente do que ocorria em 1961, haviam em 1985 apenas 16 centros que controlavam, cada um, apenas um único banco.

A análise dos dados referente ao número de bancos e localização das sedes e ao número de agências e respectivas localizações, permitem detectar, pelo menos, dois pontos explicitados a seguir.

(a) A existência de redes nacionais e a ascensão de São Paulo

Em 1985 os bancos estavam organizados em redes nacionais. Sobressaiam sete grandes bancos, todos com mais de 500 agências, e o BRADESCO com mais de 1800: BRADESCO, Itaú, Real e Unibanco, com sede em São Paulo; Nacional (Belo Horizonte), Bamerindus (Curitiba) e Econômico (Salvador). Atuavam eles em todo os tipos de centros urbanos e regiões, inclusive na “fronteira do capital”, a Amazônia.

Os Bancos menores, mesmo com menos de 50 agências nas principais cidades, quer dizer, nos pontos-chaves da circulação de capital. São também bancos nacionais e não mais regionais.

A criação de redes nacionais se faz simultaneamente à ascensão de São Paulo e diminuição ou eliminação de outras cidades como centros de gestão da atividade financeira. As capitais regionais, que correspondem ao escalão hierárquico imediatamente inferior ao dos centros metropolitanos, foram eliminadas desta função da gestão.

A ascensão de São Paulo, cidade com poderosa atividade “quaternária” e metrópole de mais próspera hinterlândia regional do país, verificou-se a partir de três modos que não são mutuamente excludentes:

- (i) incorporação de bancos menores pelos maiores;
- (ii) criação de agências; e
- (iii) Mudança da sede social de uma cidade para São Paulo.

(b) O papel crescente do Estado

Em 1961 este papel era menor. Além do Banco do Brasil e de bancos federais atuando na Amazônia e no Nordeste, destacavam-se apenas os bancos estaduais de São Paulo, destacavam-se apenas os bancos estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Em realidade, onde era mais densa a rede privada de bancos, mais forte a atuação do Estado.

Esta última característica é ratificada em 1985, ao mesmo tempo em que se amplia a ação do Estado: 20% de todas as agências pertencem a bancos estaduais. Como conseqüências pertencem a bancos estaduais. Como conseqüência da ação crescente do Estado verifica-se que das 16 cidades que controlam apenas um único banco, apenas duas não são sedes de bancos estaduais, e do total de 28 centros são capitais político-administrativas.

v. Considerações Finais

verificou-se, no período 1961-1985, um processo de concentração bancária que levou à redução do Número de centros de gestão, a emergência de um

nítido centro metropolitano nacional, São Paulo, à criação de redes de âmbito nacional, e à ampliação do papel do Estado.

Verificou-se, em realidade, a transformação do espaço brasileiro, passando-se do espaço molecular para um espaço monopolista, conforme refere-se Moreira (3). Este espaço caracteriza-se, entre outros aspectos, pela concentração do capital e da função de gestão das atividades econômicas e do território, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço de atuação dos poucos e poderosos bancos agora transformadas em poderosas corporações multifacetadas das e multilocalizadas, as décadas de 1960 e 1970, particularmente última, foram, em relação ao Brasil, aquelas em que esta passagem verificou-se de modo claro e completo.

Bibliografia

(1) BAER, MÔNICA – A Internalização Financeira no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986, 164p.

(2) LABASSE, Jean – Lês Capitaux et la Región. Paris, Fondation Nationale de Sciences Polítiques, 1958, 532.

(3) MOREIRA, Ruy – O Movimento Operário e a Questão Cidade- Campo no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1985, 215p.

(4) PASSOS, C. F. – Estrutura Financeira e Desenvolvimento. O Caso do Brasil. São Paulo, Edittora Atlas, 1973, 209p.

Estatísticas

1) SEEF – Serviço de Estatística Econômica e Financeira- Minitério da Fazenda, 1941, 1952, 1961 e 1971.

2) Banco Central do Brasil, 1985.